

# Em defesa da EMEF e da CP Carga: TRAVAR O SAQUE, CONTINUAR A LUTA!

## CP paga 108 milhões para «vender» a CP Carga

O Governo anunciou hoje ter decidido proceder à venda da CP Carga à multinacional MSC. Mentiu o Governo falando em 58 milhões de euros de venda, quando os números apontados pelo próprio governo referem que a empresa foi vendida por 2 milhões de euros, depois da CP ter realizado a capitalização da CP Carga com 110 milhões de euros referentes às locomotivas que até hoje a CP carga teve de alugar à CP, e sendo os restantes 56 milhões referentes a capitalizações a realizar pela MSC na «sua» CP Carga, matéria que só para efeitos de propaganda pode ser considerada como parte do preço da «venda» (e sobre esta questão, recordamos que desde o dia 3 de julho que o Governo recusa responder às perguntas escritas colocados pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre esta negociata com as locomotivas da CP).

Mas o mais grave não é a questão do preço, deste facto de a CP ter na prática pago 108 milhões de euros à multinacional MSC para lhe vender a CP Carga. O mais grave é que o Governo prossegue a entrega dos sectores estratégicos da nossa economia à multinacionais, alienando instrumentos de soberania e colocando o país a pagar rendas pela utilização do seu próprio aparelho produtivo. Se pensarmos que a MSC é, no essencial, uma empresa vocacionada para o transporte de contentores, veremos como um conjunto de transportes estratégicos - areias, minério, cimento, rações, matérias perigosas, madeira, carvão, produtos siderúrgicos, etc - hoje realizados pela CP Carga poderão ser abandonados ou ver os seus preços inflacionados (e as garantias anunciadas pelo governo nada valem, como anteriores privatizações já o demonstraram) colocando novas pressões sobre o Orçamento de Estado ou novos riscos sobre o ambiente e a segurança rodoviária, sem esquecer os impactos na degradação da infraestrutura rodoviária ou o aumento de custos para as empresas exportadoras.

Esta privatização - criminosa pelos seus próprios objectivos - está ainda a ser realizada em frontal violação da lei, quer na medida em que se negaram todos os direitos constitucionais ao controlo de gestão por parte dos trabalhadores da CP e da CP Carga, quer pela forma como se processou a fraudulenta operação de transferência de activos da CP para a CP Carga, pelo que existem todas as razões para que esta privatização seja revertida na sequência das eleições do próximo dia 4 de Outubro.

## Governo desiste da venda da EMEF mas não da sua desestabilização

Na mesma reunião do Conselho de Ministros, o Governo assumiu o cancelamento do processo de privatização da EMEF. O facto do Tribunal de Contas ter cancelado um conjunto de contratos ilegais entre a CP e a EMEF realizados a pensar no favorecimento do futuro accionista privado tornaram inevitável esse cancelamento. É uma decisão que o PCP reivindicava e nessa medida saúda. Mas importa recordar o conteúdo do alerta que realizámos no dia 10 de Julho «Este processo em que o Governo mergulhou a ferrovia, já atrasou em mais de dois anos a reparação de meio de vida dos Alfa-Pendulares, com prejuízos económicos e financeiros e para a fiabilidade e segurança da operação ferroviária, ameaçando paralisar toda a operação».

Cancelado o processo de privatização, é agora urgente reiniciar o normal relacionamento da EMEF e da CP, renovando todos os contratos nos termos habituais e legais, iniciando as grandes reparações que urgem e têm sido criminosamente adiadas e contratando os trabalhadores necessários para realizar esses trabalhos.

## Por Portugal, pela ferrovia, é tempo de romper com esta política!

O PCP exige que não se concretize o processo de privatização da CP Carga e que sejam tomadas medidas para garantir que a EMEF assume o seu papel na manutenção, reparação e construção de material circulante em Portugal. Temos consciência que esta exigência não será satisfeita pelo actual governo, mas está nas mãos do povo português reforçar significativamente a CDU nas próximas eleições legislativas, condição indispensável para a necessária inversão do caminho de pulverização e destruição da ferrovia, rumo a uma empresa ferroviária reunificada, nacional e pública, no quadro de um investimento na ferrovia que se impõe.

O PCP saúda a corajosa luta dos trabalhadores ferroviários em defesa da ferrovia e do aparelho produtivo nacional desenvolvida ao longo de todo o processo de privatização da EMEF e da CP Carga, e apela à continuação e intensificação dessa luta.